

## TERRITÓRIO: POTENCIALIDADES NA CONSTRUÇÃO DE SUJEITOS

DANIELE POMPEI SACARDO  
CHRISTINNE CAVALHEIRO MAYMONE GONÇALVES

### **Introdução: um olhar sobre a cidade**

Discorrer sobre a cidade em suas diversas dimensões requer uma multiplicidade de saberes. Significa transitar por diversos campos de conhecimento, especialmente pela História, Geografia, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Sociais, na tentativa de olhar sob distintos ângulos a complexidade e diversidade em que ela se tece.

Pelo ângulo da diversidade reconhecem-se as diferenças, tanto em escalas quanto em dimensões: cidades grandes, pequenas e médias; centro-periferia; urbano-rural; edifícios-casas-terrenos baldios; pequenos aglomerados-grande densidade populacional; enfim, coletividades se formando em cada lugar. Pela complexidade apresentam-se as questões urbanas e suas características sociais, econômicas e políticas. No debate contemporâneo em torno desse tema, reconhecem-se forças e tensões que permeiam a tessitura da cidade, e que geram desafios,

mas também possibilidades. Este texto não pretende fazer uma análise aguçada dos processos de urbanização ou das transformações dos modos de viver; mas sim, realizar uma leitura atenta às transformações do mundo, que afetam os locais e a vida dos cidadãos, estas, razões pelas quais existem as cidades.

Nesta concepção, o autor Panerai (2006, p.14) considera que “a cidade — e sua inserção no território geográfico, sua forma, o desenho de suas vias, a organização do seu tecido, as relações entre seus bairros — não é independente dos grupos sociais que a produzem, que nela vivem e a transformam”. Esta afirmação é ainda aprofundada numa leitura morfológica que admite a importância “de lembrar as práticas dos habitantes e a materialização dessas práticas no espaço construído, uma vez que as disposições materiais que constituem o contexto, o suporte ou o estímulo para a ação dos habitantes são também produtos dessas práticas”.

Assim, este artigo propõe refletir sobre o tema território na contemporaneidade, considerando o contexto da globalização que atravessa o cotidiano das cidades, que interfere nas formas de relacionamento entre os sujeitos e destes com o ambiente, com o tempo, com o espaço-lugar, com as instituições, com o conhecimento, enfim, com a vida. Discutir a temática do território inclui discorrer sobre caminhos, trilhas, veredas. Ousamos questionar: como podemos compreender o território ante o debate da globalização? Como podemos compreender ou refletir sobre nossas práticas diárias como um exercício de apropriação de um espaço em que se produzem significados e surgem novas institucionalidades capazes de definir as condições de vida e saúde na cidade?

### Sobre território(s): vertentes teóricas

Inicia-se esta discussão com a reflexão sobre a temática do território que pode ser abordada de distintas maneiras, transitando desde a limitação geográfico-espacial de um continente, um país, uma cidade ou um bairro até considerá-lo como espaço social no qual a vida, em toda a sua potencialidade, se desenvolve.

Autores como Santos (1994) e Santos & Silveira (2001) consideram o *espaço geográfico* ou *território usado* como uma categoria que procura analisar sistemática e permanentemente a constituição do território. Essa constituição refere-se ao dinamismo da economia e da sociedade num determinado local, à implantação de equipamentos de infra-estruturas, de amplas instalações, à distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, ao arcabouço normativo — a legislação civil, fiscal e financeira —, bem como à apropriação do espaço pelo cidadão e aos movimentos da população. Considera também o território enquanto uma construção sócio-histórica, recuperando a constituição e ocupação do espaço, identificando quem vive ali, de que modo, com quais recursos, com vistas a qualificar o “tempo-presente” (Hobsbawm, 2003), ou seja, o cotidiano da vida nesse determinado espaço geograficamente delimitado e cujo significado é atribuído por aqueles que nele vivem.

Realidade complexa, o território constitui um espaço vivo em permanente construção, pois, para além das condições objetivas que oferece, ou não, para os que nele habitam, como redes de serviços públicos e de serviços privados, redes comunitárias,

oferta de trabalho e renda, equipamentos de lazer e cultura, apresenta também as dimensões subjetivas, que decorrem das relações estabelecidas pelos sujeitos com seu território, manifestas em desejos, sonhos, sofrimentos e nas redes de sociabilidade construídas. Considerar as dimensões subjetivas é dar lugar à vida que pulsa em cada sujeito, a seus valores, suas escolhas e o modo como transformam seus desejos em ações concretas. Nesse sentido, o processo no território é de construção e reconstrução permanente caracterizado pela interação e tensão entre os sujeitos individuais e coletivos na arena urbana, espaço por excelência de convivência com a alteridade, a multiplicidade de interesses, disputas, conflitos e, ao mesmo tempo, pela possibilidade da inovação, da criatividade, da solidariedade, da inclusão, da autonomia, da construção coletiva, do estabelecimento de redes e parcerias.

A compreensão do território no século XIX por geógrafos como Frederico Ratzel, centrou-se no aspecto do papel desempenhado pelo Estado no controle do território, e por Elisée Reclus no estabelecimento das relações entre as classes sociais e espaço ocupado e dominado (Andrade, 1996). Ao longo do século XX até os dias atuais, correntes teóricas balizadas por campos de conhecimento de distintas disciplinas buscaram compreender o território por abordagens diversas.

De acordo com Haesbaert (2004), a amplitude do tema perpassa várias áreas do conhecimento: a Geografia com a ênfase na materialidade do território em suas múltiplas dimensões; a Ciência Política na construção a partir das relações de poder; a Economia que destaca a base de produção; a Antropologia no realce à dimensão simbólica do território; a Sociologia

que focaliza a sua intervenção nas relações sociais e a Psicologia que incorpora o território no debate sobre a construção da subjetividade. O autor admite a presença de uma polissemia conceitual em relação ao conceito de "território" e apresenta uma síntese das várias noções, agrupando-as em três vertentes básicas:

> *Política* (referência às relações espaço-poder em geral) ou *jurídico-política* (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, na qual o território é visto como um espaço delimitado e controlado, por meio do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes — mas não exclusivamente — relacionado ao poder político do Estado;

> *Cultural ou simbólico cultural*: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido;

> *Econômica*: enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão "territorial" do trabalho, por exemplo (Haesbaert, 2004, p. 40).

Vargas (2006) ressalta a dificuldade em estabelecer fronteiras entre as concepções política e cultural, para além dos limites teóricos ou conceituais. Por um lado, a perspectiva política pode ser considerada a mais difundida e consolidada no âmbito acadêmico, tendo em vista que relaciona o território às idéias de poder, estratégia, apropriação, limites e fronteiras, e o considera como uma forma de dominar, domesticar, disciplinar

os indivíduos e/ou processos sociais a partir do controle de seu espaço material de existência. Por outro, a dimensão cultural enfoca o território como um espaço dotado de simbologia, construção de identidades, espaços de representações, de imaginários, de subjetividades. A questão que se põe diz respeito a que tanto uma como outra dimensão podem ser consideradas em conjunto, como “cultura política”, “sobretudo porque as produções simbólicas presentes na contemporaneidade são resultantes das relações de poder às quais se encontram imbricadas” (p. 51).

O processo de territorialização, caracterizado pelo modo como o território se materializa por meio da manifestação das pessoas, a organização dos espaços e das “coisas”, a especialização e as especificidades locais, aponta na direção de uma abordagem integradora, segundo Raffestin (1993), já que o território é o “espaço territorializado”, ou seja, o espaço apropriado. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o sujeito “territorializa” o espaço. Este, por sua vez, inclui os valores éticos, espirituais, simbólicos e afetivos plantados localmente pelos sujeitos territorializados.

Nesse sentido, o entrelaçamento das abordagens teórico-metodológicas apresentadas contribui na tentativa de explicar e compreender a dinâmica de um espaço em permanente construção, des-construção e re-construção. Tal processo é influenciado por forças e fenômenos, como a globalização, os quais têm desencadeado mudanças profundas nas relações “no” e “com” o território.

O fenômeno da globalização ou mundialização tem requerido uma nova abordagem da organização espaço-temporal na contemporaneidade, já que as relações entre os países e blocos

continentais têm sido organizadas em subespaços articulados dentro de uma “lógica global” (Santos, 2000). Tal articulação realiza-se por meio das redes que atuam seletivamente sobre o território, incorporando e modernizando determinados lugares no espaço geográfico. Em razão disso, aponta Carvalho (2004), os eventos são produtos do mundo e do lugar ao mesmo tempo, tendo em vista que uma determinada decisão tomada em outro continente concretiza-se, de fato, numa unidade geográfica muito menor, o local, influenciando diretamente nos modos de ser e viver dos habitantes de um lugar. Além disso, a compressão espaço-temporal resultante do processo de globalização tem impulsionado a constituição de novas identidades “pluriculturais”, fruto de um diálogo entre o global/universal e local/particular (Hall, citado por Haesbaert, 1999, p. 183).

### **E a globalização, qual seu efeito no território?**

Giddens (1991) define a globalização como um processo dialético de intensificação das relações sociais que, em escala mundial, ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a grandes distâncias e vice-versa. Floriani (2004), refletindo sobre a produção do conhecimento, constata que na obra de Giddens a globalização não pode ser concebida somente em termos econômicos, mas também em termos políticos, tecnológicos e culturais, podendo ser interpretada tanto em seus aspectos objetivos e processuais quanto em seus aspectos subjetivos, de constituição de identidades, pressupondo a co-existência de processos complexos e contraditórios no bojo da globalização.

Boaventura de Sousa Santos (2005) e pesquisadores de distintas disciplinas constituíram o “Grupo de Lisboa” que tem-se dedicado a desenvolver estudos e análises das diversas dimensões da globalização e seus impactos na vida humana na contemporaneidade. As reflexões consideram a globalização como fase posterior à internacionalização e a multinacionalização pela finalização do sistema nacional como núcleo central das atividades e estratégias humanas organizadas. Pautado no argumento da multidimensionalidade da globalização, o autor salienta alguns aspectos bastante relevantes do fenômeno, como a combinação de eventos, ao menos aparentemente, antagônicos: a universalização e a eliminação das fronteiras nacionais, por um lado, o particularismo, a diversidade local e a identidade étnica, de outro. Além disso, interage de modo diversificado com outras transformações que ocorrem de modo concomitante, tais como o aumento das desigualdades entre países ricos e países pobres e, no interior de cada país, entre ricos e pobres, a superpopulação, a ameaça ao meio ambiente, os conflitos étnicos, a imigração internacional massiva, a emergência de novos Estados e a falência de outros, a proliferação de guerras civis, o crime globalmente organizado, a democracia formal como uma condição política para a assistência internacional, entre outras.

A discussão de Santos (2005) permeia as características dominantes do tema, em que, apesar de admitir que não haja consenso ao redor de sua conceituação, muito menos de seus efeitos e impactos, o campo hegemônico atua na base de um consenso entre os mais influentes membros, bem como confere à globalização suas características dominantes, e também legitima as últimas como as únicas possíveis ou as únicas adequa-

das. De acordo com o autor, este consenso é conhecido por “consenso neoliberal” ou “Consenso de Washington”, ocorrido em meados da década de 1980, organizado e liderado pelos Estados centrais do sistema mundial, abrangendo o futuro da economia mundial, as políticas de desenvolvimento e especificamente o papel do Estado. A restrição quanto à regulação estatal da economia foi seu maior efeito e as recomendações influenciaram a elaboração de políticas públicas de forma direta ou indireta em todos os setores sociais.

Becker (1997), também estudioso do tema, afirma que existe um movimento geral de globalização, caracterizado pelo primado do econômico, e concomitantemente um processo de regionalização sociocultural, caracterizado pela defesa dos recursos ambientais (naturais) e culturais e pela busca de alternativas para sobreviver à globalização. Embora possa haver resistência às iniciativas, há também possibilidade de ações cooperadas e ativas que poderão configurar estratégias baseadas nos recursos ambientais e culturais de cada espaço (localidade, municipalidade, região, nação, outros). Este processo nomina-se “descentralização político-institucional”, de todos e em todos os espaços, sejam eles empresariais, sindicais, organizacionais, institucionais, estatais, locais, regionais, nacionais; enfim, é o reconhecimento da existência de “múltiplos sujeitos” e de suas diferenças.

### **Reflexões sobre territorialidades, pertencimento e identidades**

Ao considerar a diversidade dos sistemas naturais e de coisas criadas pelo homem que co-existem e se superpõem

no espaço territorial Milton Santos sintetiza a abrangência e os significados do conceito "território": "o território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence" (Santos, 2000, p. 96).

A territorialidade refere-se à qualidade subjetiva do grupo social ou do indivíduo que lhe permite, com base em imagens, representações e projetos, tomar consciência de seu espaço de vida. A questão do "pertencimento", ou seja, o sentimento de "ser" e/ou "estar" num determinado lugar no qual se reconhece como pessoa, onde é influenciado ao mesmo tempo em que influencia a dinâmica deste lugar, possibilitando o desenvolvimento do território (Cara, 1996).

Apoiando-se na etimologia, Corrêa (1996) destaca que território deriva do latim *terra* e *torium*, significando terra pertencente a alguém. "Pertencente, entretanto, não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação" (p. 251). Esta apropriação apresenta-se com duplo significado: por um lado — a apropriação efetiva, legitimada sobre um segmento do espaço; por outro — a apropriação como uma dimensão afetiva, derivada das práticas espacializadas por grupos distintos definidos segundo renda, raça, religião, idade ou outros atributos. Assim, o autor conclui que a territorialidade refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantir a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas:

"Há vários territórios recobrando a superfície da Terra. Cada um apresenta uma específica dimensão e conteúdo,

sendo apropriado, vivenciado e percebido pelos diferentes agentes. Os vários territórios não formam um mosaico, regular ou irregular, mas assemelham-se às múltiplas possibilidades de arranjos existentes em um caleidoscópio" (Corrêa, 1996, p. 252).

Sobre o tema da diversidade no mundo contemporâneo, notadamente no território, Haesbaert (1999) aponta que é "resultado da imbricação entre duas grandes tendências ou lógicas sócio-espaciais, uma decorrente mais dos processos de diferenciação/singularização, outra dos processos de des-igualização, padronizadores (mas nem por isso homogeneizantes)" (p. 2). Coexistem, de um lado, os discursos polarizados entre a estratificação de classes sociais, gerados pelo processo de aprofundamento das desigualdades devido ao capitalismo global altamente seletivo, excludente, de outro, os discursos de valorização da diferença, mediante recortes de gênero, etnia, raça, sexualidade, entre outros; numa tentativa de reafirmação das diferenças por movimentos sociais baseados no resgate ou reconstrução de identidades.

Nessa perspectiva, o autor propõe duas maneiras de manifestação da temática da diversidade territorial, submetidas às lógicas da globalização: *a*) "a produção de particularidades, do desigual (diferenças de grau), que vincula os espaços em distintas escalas; *b*) a produção de singularidades, do específico (diferenças de natureza), em geral mas não exclusivamente de base local" (p. 23). Essas dimensões interagem dialeticamente num "jogo complexo" para transformar quantitativo ("diferença de grau") em qualitativo, ou seja, "diferenças da natureza" (p. 24).

Os processos de reativação das identidades culturais e de manifestação de grupos e comunidades muitas vezes excluídas e/ou marginalizadas sinalizam uma resistência ao processo dominante da globalização — homogeneizante, totalizador, desigual. Esses movimentos sociais, local e territorialmente inscritos, revelam-se, ainda, como uma forma de exaltar a pluralidade, as diferenças, as singularidades e a heterogeneidade diante da tendência de segmentar os grupos sociais por classes de “incluídos” e “excluídos”.

Trata-se da força ou potencialidade do “lugar” diante dos processos de globalização a que se refere Carvalho (2004) quando recorre à dimensão espacial do cotidiano. As “metamorfoses” do lugar também podem ser abordadas na perspectiva das relações vividas em comum pelas mais diversas pessoas, empresas e instituições reunidas num dado local. “Pois é aí, onde o cotidiano, como conjunto de atividades e relações, efetua-se num espaço e num tempo sociais: o lugar e suas temporalidades” (Damiani, 1999, citado por Carvalho, 2004). A dinâmica social ganha vida e potencial de transformação (e não apenas mera repetição do cotidiano), porque é no cotidiano que ocorre também o novo, o inusitado, o inesperado. Conforme assinala o autor citado, é possível que uma ação inédita de um determinado ator social (engendrada num certo contexto) possa desencadear transformações mais abrangentes, em sinergia com as ações de outros atores.

A potência do lugar a que nos referimos estaria na construção de uma resposta à economia globalizada que reclama condições territoriais indispensáveis para a sua produção e regulação, conforme apontam Santos & Silveira (2001). Esses

espaços globalizados tanto são espaços agrícolas e industriais, quanto de serviços e caracterizam-se pela existência de infraestrutura moderna e mão-de-obra qualificada. De acordo com os autores mencionados, nesse contexto da globalização da economia, cada empresa busca os lugares onde as respostas aos seus reclamos são mais adequadas ou atendidas. Tais demandas são erráticas e imputam ao território uma dinâmica imprevisível e alienada, uma vez que não precisa ter correspondência com os interesses da sociedade local ou nacional. Criam-se, assim, compartimentações e o território aparece ou é percebido como fragmentado, dando origem ao que se tem chamado de “desterritorialização”, momento em que diferentes sujeitos perdem ou sofrem abalos em seu sentimento de pertença.

Sobre a desterritorialização, Haesbaert (2004) entende que ela se produz no processo de desapropriação do espaço social, tanto do ponto de vista concreto como do simbólico, cujo resultado é a multiplicação dos aglomerados de exclusão, ou seja, “espaços sobre os quais os grupos sociais dispõem de menor controle e segurança, material e simbólica”, lugares onde se produz o “anonimato, a anulação de identidades e a ausência praticamente total de autonomia de seus habitantes” (p. 83). Constitui-se o que se costuma chamar de “excluídos”, ou seja, aglomerados que vivem em situação de exclusão. Apoiando-se na obra Room (1999), conceitua a exclusão social como multidimensional, dinâmica ou mutável, e historicamente definida; espacialmente contextualizada (não apenas no âmbito do indivíduo-família, mas também de circunvizinhança e “comunidade”); e muito mais relacional do que meramente distributiva (depende da participação/integração social e das relações de

poder). A resultante é um tipo de descontinuidade (mas não a completa separação) na relação entre os “excluídos” e o restante da sociedade.

É neste contexto de globalização/espacos-lugares de exclusão/cotidiano/territorialização/desterritorialização que Haesbaert (2004) propõe a tese da coexistência de novas modalidades de organização territorial, como a denominada “multiterritorialidade”, considerada como uma perspectiva pós-moderna, pois analisa o território como indissociável dos indivíduos ou grupos humanos, na medida em que existe por meio do processo de apropriação do espaço e/ou na relação de dominação, seja ela de caráter material ou simbólico. Tal necessidade de controle e apropriação do espaço pode ser entendida desde um nível mais físico ou biológico (enquanto seres com necessidades básicas como água, ar, alimento, moradia), até um nível mais *imaterial* ou simbólico (enquanto seres dotados do poder da representação e da imaginação e que a todo instante ressignificam e se apropriam simbolicamente do seu meio) incluindo todas as distinções de classe socioeconômica, gênero, grupo étnico, etnia, religião, entre outros.

Nesse sentido, sua tese considera a concepção atual de território como “experiência integrada”, uma dinâmica combinada de múltiplos territórios ou “multiterritorialidade”, descontínuos, móveis, espacialmente fragmentados (os territórios-rede). No caso de um indivíduo e/ou grupo social mais coeso, podemos dizer que eles constroem seus (multi)territórios, integrando de alguma forma, num mesmo conjunto, sua experiência cultural, econômica e política em relação ao espaço.

## Territorialização e novas institucionalidades

Com este mesmo enfoque, Coelho (2001) identifica o nascimento de novas identidades culturais e políticas em contraposição a estas fragmentações dos territórios, na perspectiva de que estes se transformem em sujeito de ações integradas e articuladas pelos indivíduos ou grupos sociais. Assim, o território é visto como palco de esforços endógenos na busca de um desenvolvimento, cujas políticas públicas podem vir a ser a sua base de sustentação. E este desenvolvimento só será possível com a construção de um “pacto territorial” entre os indivíduos, associando “interesses que se conservam independentes, com vistas à obtenção de determinados objetivos”.

E a recomposição dos espaços, estudada por Georges Benko (2001, p. 11) pode ser “o renascimento dos meios locais e regionais na qualidade de núcleos da organização econômica, cultural e política que oferece novas e inesperadas possibilidades para a renovação da vida comunitária”, sendo os princípios da democracia e a cidadania possibilitadores de novas identidades locais e de uma nova visão política local que “gesta-se em relação com o novo contexto global”.

Esta nova visão política pode ser traduzida em estratégia de políticas sociais, como instrumento para alcance dos objetivos elencados. Autores como Kliksberg (2003, p. 220) afirmam que as políticas sociais podem ser instrumentos exponenciais “de mobilização produtiva, do resgate da dignidade e de integração social”, desde que tenham alto grau de participação social, transparência, coesão e sejam co-gestadas com a sociedade civil.

Uma política verdadeiramente emanada do território, que não apresente nenhum traço de simulação, é rica de um processo de participação dos indivíduos e grupos sociais, que se sentem identificados e próprios gestores, tomadores de decisão de seus destinos, co-partícipes desde a formulação, implementação e avaliação de processos e resultados, garantindo uma governança que possibilite a sustentabilidade de suas políticas, voltadas à melhoria da qualidade de vida de seus territórios.

Amartya Sen (2000) defende a idéia do público participante ativo da mudança em que as políticas públicas exercem papel preponderante na facilitação da discussão pública, uma vez que diversas políticas públicas possam auxiliar na transformação de indivíduos em cidadãos participantes, tais como a liberdade e independência dos meios de comunicação, a expansão da educação básica e escolaridade, o aumento da independência econômica, entre outras tantas mudanças sociais.

Nossa conclusão, baseada nas considerações acima, aponta para a relevância de se reconhecer, nos processos de gestão de políticas públicas, a dinâmica da territorialização nos termos em que neste artigo foi desenvolvida. Esse reconhecimento pode representar um primeiro e importante passo para potencializar essa territorialização pelo fortalecimento de políticas públicas locais de natureza integrada e participativa. Incluir o exercício cotidiano de apropriação do espaço local como elemento a considerar no desenho das políticas públicas pode propiciar o surgimento de novas institucionalidades, uma co-gestão entrelaçada sinergicamente nas relações vivenciadas pelos diversos sujeitos e/ou grupos de um local. Trata-se de investir na noção de "território-vivo" como sujeito de desejadas mudanças.

## Referências

- ANDRADE, M. C. DE. "Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local". In: M. Santos, M. A. Souza & M. L. Silveira (orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. 3.ª ed. São Paulo: Hucitec-Anpur, pp. 213-20, 1996.
- BECKER, D. F. "Competitividade: os(des)caminhos da globalização econômica". *Teoria e evidencia econômica*, vol. 5, n.º 9, pp. 7-26, 1997. <[http://www.upf.br/cepeac/download/rev\\_n09\\_1997\\_art1.pdf](http://www.upf.br/cepeac/download/rev_n09_1997_art1.pdf)>. Acessado em 8/9/2006.
- BENKO, G. "A recomposição dos espaços". *Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, vol. 1, n.º 2, mar., 2001. <[http://www.desenvolvimentolocal.ucdb.br/RevistaInteracoes/n2\\_benko\\_2001a.pdf](http://www.desenvolvimentolocal.ucdb.br/RevistaInteracoes/n2_benko_2001a.pdf)>. Acessado em 8/9/2006.
- CARA, R. B. "Territorialidade e identidade regional no sul da província de Buenos Aires". In: M. Santos, M. A. A. de Souza & M. L. Silveira (orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. 3.ª ed. São Paulo: Hucitec-Anpur, 1996.
- CARVALHO, C. A. J. "A contribuição do conceito de território para uma gestão socialmente justa da cidade". In: R. Garibe & P. Capucci. *Gestão local nos territórios da cidade: ciclo de atividades com as subprefeituras*. São Paulo: São Paulo (Cidade). Secretaria das Subprefeituras, pp. 57-65, 2004.
- COELHO, F. D. "Desenvolvimento local e construção social: o território como sujeito". In: C. M. Silveira & L. C. Reis (orgs.). *Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégias*. Rio de Janeiro: Rits, pp. 57-84, 2001. <<http://www.desenvolvimentolocal.org.br/imagens/mapeamento/PDLO51.doc>>. Acessado em 8/9/2006.
- CORRÊA, R. L. "Territorialidade e corporação: um exemplo". In: M. Santos, M. A. A. de Souza & M. L. Silveira (orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. 3.ª ed. São Paulo: Hucitec-Anpur, pp. 251-6, 1996.

- DAMIANI A. L. "O lugar e a produção do cotidiano". In: *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1999.
- FLORIANI, D. *Conhecimento, meio ambiente & globalização*. Curitiba: Juruá, 2004.
- GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- HAESBAERT, R. *Região, diversidade territorial e globalização*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1999. <[http://www.ufl.br/geographia/rev\\_01/rogerio%20haesbaert.pdf](http://www.ufl.br/geographia/rev_01/rogerio%20haesbaert.pdf)> Acessado em 28/8/2006.
- . *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HALL, S. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1992. Apud: R. Haesbaert. *Região, diversidade territorial e globalização*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, p. 183, 1999.
- HOBSBAWM, E. J. *Éra dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- KLIKSBURG, B. *Por uma economia com face mais humana*. Brasília: Unesco, 2003.
- PANERAI, P. *Análise urbana*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 198, 2006.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- ROOM, G. "Social Exclusion, Solidarity and the Challenge of Globalization". *Internacional Journal of Social Welfare*, 8, pp. 166-74. Oxford: Blackwell, 1999. Apud: R. Haesbaert. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- SANTOS, B. S. "Os processos da globalização". In: B. S. Santos (org.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, pp. 25-94, 2005.
- SANTOS, M. "O retorno do território". In: M. Santos, M. A. A. de Souza & M. L. Silveira (orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec-Anpur, 1994.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

- . *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, M. & M. L. Silveira. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- VARGAS, I. A. *Território, identidade, paisagem e governança no pantanal mato-grossense: um caleidoscópio da sustentabilidade complexa*. Doutorado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2006.